

Rio



CRIME
Vídeo mostra quando jovem é baleado

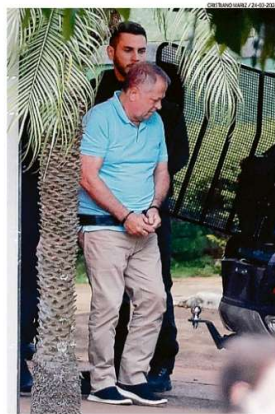
Luis Felipe foi morto em assalto na Praia do Flamengo; bandos aparecem nas imagens



CASO MARIELLE E ANDERSON

INVESTIGAÇÃO AVANÇA

PGR denuncia os irmãos Brazão e Rivaldo Barbosa, além de acusar mais dois suspeitos



Chiquinho Brazão. "Descontrolada reação" à atuação de Marielle Franco



Rivaldo Barbosa. Advogados questionam "a narrativa de um réu confesso"



Domingos Brazão. Questão fundária seria a motivação para o assassinato

DANIEL GULLINO, JOÃO VITOR COSTA, MARCOS NUNES, PAOLA SERRA, PATRIK CAMPOREZ, SARAH TIEFFEL E VERA BRANCO
gratuito@oglobo.com.br
Rio de Janeiro

Presos há 47 dias, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido), o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) Domingos Brazão e o delegado Rivaldo Barbosa foram denunciados pela Procuradoria Geral da República pelos homicídios da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Mais dois acusados de envolvimento no crime foram denunciados e tiveram a prisão decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ex-chefe da milícia de Rio das Pedras, o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira, que já cumpre pena por dois processos de homicídio, teria monitorado os passos de Marielle. Já o soldado da PM Robson Calisto da Fonseca, o Petre, que foi assessor de Domingos no TCE e na Assembleia Legislativa do Rio, é suspeito de ser o elo entre os irmãos Brazão e o atirador.

ANÁLISE NOSTR

Cabrerá ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, analisar a denúncia. A PGR afirma que "sordem para executar os homicídios foi dada por Domingos e Chiquinho" e que os dois defendiam os interesses de milícias "junto às instituições de Estado". Os irmãos também foram denunciados por organização criminosa. De acordo com a Polícia Federal, o ex-policial militar Ronnie Lessa — que confessou ter atraído nas vítimas — relatou em sua delação que, no segundo trimestre de 2017, Chiquinho, então vereador do

Rio, demonstrou "descontrolada reação" à atuação de Marielle em "apertada votação do projeto de Lei à Câmara número 174/2016". Com o projeto, ele e o irmão buscavam a regularização de um condomínio em Jacarepaguá, na Zona Oeste da cidade, visando obter o título de propriedade para especulação imobiliária.

A denúncia afirma ainda que os irmãos informaram sobre o plano de matar a parlamentar ao delegado Rivaldo. Ele teria usado sua autoridade como chefe de Polícia Civil "para oferecer a garantia necessária aos autores intelectuais do crime de que todos permaneceriam impunes". Acrescenta-se que Rivaldo ocupava, ao tempo do planejamento do crime, a função de diretor da Divisão de Homicídios, tendo sido empossado, no dia imediatamente anterior às execuções, como chefe de Polícia Civil. Por isso, o seu aval era parte indispensável do plano elaborado pelos irmãos Brazão. Ele detinha o controle por meios necessários para garantir a impunidade do crime", diz o vice-procurador-geral da República Hidenorbu Claiterland Filho, que assinou o documento.

Em outro trecho, o texto diz que "Rivaldo, beneficiário de quantias mensais fixas pagas por milicianos e contraventores no município do Rio, encorajou a decisão, prestando, inclusive, auxílio intelectual aos criminosos, ao orientá-los a não executar Marielle Franco durante nenhum trajeto que tivesse a Câmara Municipal como ponto de origem ou de destino".

A denúncia afirma ainda que o assassino pretendia matar não só Marielle, mas também Anderson e Fernanda Gonçalves Chaves, assessora

Outros citados na investigação

> O sargento reformado **Ronnie Lessa** é apontado como autor dos disparos que mataram Marielle Franco e Anderson Gomes. Foi preso em 2019 e expulso da PM. Fez acordo de delação, homologado pelo STF. Em 2021, foi condenado a quatro anos e meio de prisão pela ocultação das armas que teriam sido usadas no crime.

> **Écio de Queiroz**, ex-sargento da PM, foi expulso da corporação em 2015. Em delação, afirmou ter sido o motorista na perseguição ao veículo onde estava a vereadora. Está preso desde 2019.

> O ex-sargento do Corpo de Bombeiros **Marcel Simões Correa**, o Suel, foi preso em 2023. É acusado de providenciar o carro e, depois, esconder as armas do crime. Segundo de Queiroz, Suel participou, em 2017, de uma tentativa malsucedida de matar a vereadora.

> Executado na rua, em 2021, **Edmilson Oliveira**, o Macalé, foi acusado de intermediar a contratação de Lessa e também teria participado do atentado frustrado em 2017.

> Deno de um ferreiro, **Edilson Barbosa dos Santos**, o "Orelha", foi chamado para cuidar do desmanche do carro usado pelos criminosos.

> Advogada **Érika Andrade de Almeida Araújo**, mulher do delegado Rivaldo Barbosa, é suspeita de lavagem de dinheiro, como testa de ferro do marido em empresas.

> Nomeado por Rivaldo Barbosa, **Ginton Lages** chefiava a Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) na época em que os crimes ocorreram. Segundo a PF, teria contribuído para desviar o curso das investigações, assim como o comissário **Marco Antonio de Barros Pinto**, o Marquinho DH, subordinado a Lages.



Major Ronald. Preso e ainda na PM

Petre. Assessor de Domingos Brazão

da vereadora, que estavam no mesmo carro. O objetivo era eliminar testemunhas. Fernanda ficou levemente ferida. Procurada, não quis comentar a informação.

Os dois novos suspeitos de ligação com o crime são antigos conhecidos da polícia. O major Ronald, que cumpre pena na Penitenciária Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, foi condenado em outubro de 2021 a 17 anos de prisão por homicídio e organização criminosa. Em 2022, recebeu pena de 76 anos pelo sequestro e pela morte de quatro jovens, assassinados na saída de uma casa de espetáculos em 2003, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Apesar das duas condenações, o oficial ainda integra os quadros da PM: em abril, recebeu salário bruto de pouco mais de R\$ 29 mil.

A denúncia diz que a participação de Ronald "se deu por meio do monitoramento das atividades de Marielle e do fornecimento aos executores de informações essenciais à consumação dos crimes". Uma semana antes do ataque, "Ronald acompanhou os deslocamentos da vítima durante a agenda da vereadora na Universidade Cândido Mendes, no Centro". Os investigadores confirmaram os passos do oficial por meio do levantamento de dados das antenas de telefonia móvel da região.

Após monitorar as redes sociais de Marielle, diz a denúncia, Ronald verificou que ela participaria de um evento em 14 de março de 2018 na Casa das Pretas, no Centro. O major teria passado essa informação por telefone para Edmilson Oliveira, o Macalé, que avisou Ronnie Lessa, o autor dos disparos.

Robson, preso ontem em casa, no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio, é apontado pela Polícia Federal como a pessoa que intermediou o encontro dos Brazão com Lessa. A investigação não o ligou ao assassinato, por isso ele foi denunciado apenas por organização criminosa.

O QUE DIZEM OS ADVOGADOS

À RJTV, seu advogado, Gabriel Halbl, frisou que "Robson sequer figura no inquérito policial que investigou Marielle". Em nota, os advogados Marcelo Ferreira e Felipe Dallepiane, que defendem Rivaldo, escreveram que "a narrativa de um réu confesso de homicídio (Ronnie Lessa) parece mais importante do que o depoimento de um delegado de polícia com mais de 20 anos de excelentes serviços à segurança pública do Rio, que sequer teve a chance de expor sua versão sobre os fatos antes de ser denunciado".

Cleber Lopes, advogado de Chiquinho Brazão, disse que nãoalaria por não ter tido acesso à denúncia. Márcio Palma e Roberto Brzezinski, que defendem Domingos Brazão, afirmaram que "a narrativa acusatória é uma hipótese inverossímil, que se ampara somente na narrativa do assassino confesso, sem apresentar provas que sustentem a versão do homicídio".

Já Igor de Carvalho, que representa Ronald, afirmou ter sido "surpreendido" com a denúncia de seu cliente, "sobretudo porque, após análise do relatório final da investigação, fica evidente que a Polícia Federal afirmou a total ausência de elementos que corroborassem as palavras do criminoso confesso e delator Ronnie Lessa".